

DESAFIOS, ESTRATÉGIAS E RESISTÊNCIA: NARRATIVAS DAS TRAJETÓRIAS ACADÊMICAS DOS GRADUANDOS DE ORIGEM POPULAR MATRICULADOS EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR PRIVADO

Camila Ferreira dos Santos*

Fernanda de Paula Carvalho**

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo compreender os desafios enfrentados pelos graduandos de origem popular de uma faculdade particular no interior de Minas Gerais, considerando seus acessos e permanência no ensino superior. Para desenvolvimento da pesquisa foi realizado um estudo de caso, com abordagem qualitativa, cuja coleta dos dados ocorreu por meio de entrevistas narrativas com seis graduandos (as) de origem popular, que acessaram o ensino superior por meio de programas como: FIES, PROUNI ou por bolsas de estudos. Foi utilizado o método de análise de conteúdo de Bardin (1977) para interpretação e categorização dos dados coletados. A partir da realização da pesquisa buscou-se apresentar as experiências vivenciadas no âmbito acadêmico pelos entrevistados, assim como identificar quais as estratégias esses sujeitos utilizam para permanecer no ensino superior. Além disso, este trabalho teve como objetivo discorrer sobre as políticas públicas que viabilizam esse acesso. Os resultados evidenciaram a importância das políticas públicas no acesso do ensino superior privado. Contudo, as narrativas retratam que a possibilidade de sucesso acadêmico está para além do acesso ao ensino superior, pois também envolve a viabilidade de permanência nos estudos. Dessa forma, foi possível compreender que é na busca pela permanência no âmbito acadêmico que surgem os maiores desafios advindos das desigualdades sociais e econômicas que demandam desses sujeitos a adoção de estratégias e renúncias para driblarem os desafios de um ensino superior, ainda, elitizado.

Palavras-Chave: Classe popular. Ensino superior. Políticas públicas.

ABSTRACT

The present work had as objective the understanding of the challenges faced by graduating students from popular origin of a private college in the countryside of a city in Minas Gerais, considering the access and permanency in higher education. To develop the search a case study was done, with qualitative approach, whose data collection occurred through narrative interviews with six graduating students from popular origin, who have accessed higher education by using programs like: FIES, PROUNI, and/or by scholarships. Was used Bardin's content analyze method (1977) for interpretation and categorization of the collected data. From the conducting research, sought to present the lived experience in academic environment, as well identify which strategies these subjects use to stay in higher education. Besides that, this work had as objective to talk about public policies that make viable the access to the private higher education. The results highlighted the importance of public policies in the access to the private higher education. However, the narratives show that the possibility of academic success is going beyond the access to the higher education, because also it involves the viability of staying studying. Therefore, was possible to understand that is on the search of permanency at the academic environment where appear the biggest challenges coming from social and economic inequality, that require from these people the adoption of strategies and renounce to deal with the challenges of a higher education, still, for rich people.

Keywords: Popular class. Higher education. Public policies.

*Graduanda em Psicologia na Faculdade Ciências da Vida – Sete Lagoas, E-mail: camilasantus@hotmail.com

** Orientadora: Psicóloga, Mestre em Psicologia Social pela UFMG- Especialista em Políticas Públicas pela UFMG – Professora da Faculdade Ciências da Vida – Sete Lagoas/MG, E-mail: Nanda_depaula@yahoo.com.br

1 INTRODUÇÃO

O sonho em acessar o ensino superior tem se tornado real para alguns brasileiros de origem popular, oriundos da rede pública de ensino. Essa possibilidade de acesso pode ser observada pela criação de políticas públicas e afirmativas que viabilizam o acesso nos espaços acadêmicos, políticas essas, que acarretaram no crescimento significativo das Instituições de Ensino Superior (IES), em especial nas redes privadas. De acordo com Zitzoskigenro e Caregnato (2015) dentre as políticas públicas e afirmativas se destacam os programas do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e do Programa Universidade para Todos (PROUNI) que consideram as desigualdades econômicas e raciais no intuito de viabilizar os acessos das minorias nos espaços acadêmicos de ensino superior.

De acordo com os dados estatísticos divulgados pelo INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, em 2017 as IES apresentam um crescimento significativo que resultaram em 296 IES públicas e 2.152 IES privadas, dessa forma as instituições particulares representam 87,9% do total de IES. Nadir e Pereira (2016) afirmam que esse crescimento é justamente devido à criação de políticas públicas que proporcionam um aumento de números de vagas para os menos assistidos da sociedade que são historicamente excluídos, também, dos espaços de ensino superior. Assim, esse trabalho justifica-se pela importância qualitativa em compreender os desafios existentes nas trajetórias desses jovens, assim como a efetividade das políticas públicas no ensino superior. Diante disso, buscou-se responder a seguinte questão norteadora: quais os desafios nas trajetórias dos graduandos de origem popular, levando-se em consideração seus acessos e permanência no ensino superior?

Para responder à questão norteadora, apresenta-se como objetivo geral compreender os desafios enfrentados pelos graduandos de origem popular de uma faculdade no interior de MG, no que se refere ao acesso e permanência no ensino superior. Quanto aos objetivos específicos, estão divididos em: apresentar as estratégias que esses sujeitos utilizam para permanecer no âmbito acadêmico, considerando suas questões socioeconômicas; apresentar as experiências referidas ao acesso e permanência no espaço acadêmico experimentadas pelos sujeitos participantes da pesquisa, e por fim, discorrer acerca das políticas públicas de acesso ao ensino superior privado.

A metodologia utilizada para realização da pesquisa envolveu na primeira etapa uma revisão bibliográfica de estudos devidamente publicados em língua brasileira, referente à temática proposta publicados entre o ano de 2014 e 2019. Após realizar a busca teórica foram

selecionados os dados que fizeram parte do arcabouço teórico da pesquisa para melhor ampliação e compreensão do mesmo. Para a segunda etapa foi realizado um estudo de caso com seis estudantes de uma faculdade do interior de MG. Para coleta de dados foram realizadas entrevistas narrativas com a apresentação de doze tópicos acerca do tema para conduzir as narrações. O modelo de entrevistas narrativas foi utilizado com o objetivo de compreender as histórias relacionadas à trajetória da vida acadêmica vivenciadas de forma singular por cada participante da pesquisa. Os resultados foram analisados de acordo com a abordagem qualitativa e tratados segundo análise de conteúdo de Bardin (1997).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 DESIGUALDADE E POBREZA

Desigualdade e pobreza podem ser relacionadas, contudo ambas emitem diferentes conceitos uma vez que se realizam em situações adversas. A pobreza está intimamente associada com a privação de uma forma geral, enquanto a desigualdade pode ser compreendida a partir de um lugar de desvantagem de determinados grupos em relação aos outros grupos de um mesmo país ou região, o que pode gerar privações ou não. Dessa forma, é possível considerar que pode haver desigualdades, também, em países ricos onde a existência concentrada de renda poderá gerar uma relação desigual entre os demais. (FREITAS, 2015).

Diante da crescente influência da questão econômica na sociedade, entende-se que haja um aumento do índice de desigualdade e da pobreza. De acordo com a pesquisa realizada em 2017 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) cerca de 50 milhões de brasileiros vivem em situação de pobreza, sendo possível compreender que a má distribuição de renda é um fator que implica na desigualdade social. Contudo, é preciso considerar que outros fatores como a exclusão social também implicam na desigualdade. Através da exclusão são negados os direitos dos sujeitos das camadas populares, que na sua maioria é constituída por sujeitos com baixa escolaridade, negros, moradores das regiões de alta vulnerabilidade social, entre outras minorias.

De acordo com Soares (2017) são muitos os estudos que têm apontado que as maiores e mais injustas das desigualdades estão relacionadas aos sujeitos pobres, negros e pardos, em especial quando esses buscam ter acesso aos recursos valiosos como a educação. Oliveira e Carvalho (2017) afirmam que as desigualdades raciais e econômicas resultam, entre outras,

em processos de exclusão que reforçam as barreiras sociais existentes entre as camadas ricas e pobres da sociedade dificultando a entrada e permanência de jovens populares nos espaços elitizados, espaços esses, ocupados de forma injusta e desigual.

Na luta travada pelas minorias citadas há uma constante busca pela igualdade de direitos, e dentre essas lutas se destacam a busca pela formação para além do ensino básico. No que se refere à entrada dos jovens de baixa renda no ambiente do ensino superior Carvalho e Jesine (2016) afirmam que é possível a experimentação de sentimentos de não pertencimento por parte dos alunos de origem popular, pois para os autores a produção acadêmica exige um capital cultural e intelectual que em sua maioria não é proporcionado para as minorias da sociedade diante das dificuldades socioeconômicas e pela defasagem da rede pública de ensino.

Segundo Guimarães (2015) as escolas da rede pública no Brasil apresentam dados alarmantes, pois mais de 65% dos alunos do 5º ano não conseguem identificar figuras geométricas, e cerca de 60% não identificam dados explícitos em textos ou reportagens. Além disso, 90% dos alunos do 9º ano não sabe fazer conversões entre unidades de medidas, e nem identificar a ideia principal dentro de poemas. A falta de infraestrutura na maioria das instituições, a desvalorização dos professores e o excesso de alunos em salas de aulas são outros grandes dos vários obstáculos que também dificultariam o exercício de uma educação de qualidade.

Outra forma de analisar criticamente a defasagem do ensino público pode ser a partir da análise da criação da emenda constitucional nº55/2016, que afetará diretamente os direitos constitucionais da educação. Para Ferreira (2017), essa emenda que objetivou congelar os investimentos na educação por 20 anos, além de agravar a crise econômica irá aumentar de forma significativa as desigualdades sociais. O autor também afirma que a luta pela erradicação da pobreza, a busca de direitos iguais e o plano de alcançar uma educação de qualidade sofrerão retrocessos no desenvolvimento de uma educação de qualidade e que consequentemente deixará parte dos estudantes das escolas públicas em risco por não oferecer uma educação necessária para a população brasileira.

2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS E DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR

De acordo com Medeiros (2018), as políticas públicas podem ser consideradas como ações desenvolvidas pelo estado que objetivam atender as demandas essenciais da população, em especial, das menos assistidas tendo em vista a validação e garantia dos direitos

constitucionais dos cidadãos. Um desses direitos é o acesso à educação. Nesse sentido, a criação das políticas públicas objetivam mudar uma realidade buscando colocar em prática a real igualdade de oportunidades a fim de diminuir os impactos causados pelas desigualdades que historicamente foram estruturadas, possibilitando o acesso das minorias nos espaços educacionais públicos e privados. (CASTRO, 2017; RANGEL, 2017; SILVA, 2017; BORGES, 2017; AMARAL, 2017).

Após a Constituição 1988 o Brasil vem reconhecendo os direitos coletivos e as demandas sociais a partir da criação de programas e leis voltadas para questões sociais que se destinam a promover o acesso e a garantia aos direitos básicos da população. É um cenário de desigualdades sociais que as políticas públicas se instauram e buscam a efetivação dos direitos historicamente retirados, como é o caso do acesso e permanência no ensino superior. As ações do estado na criação de programas educacionais que viabilizam o ingresso dos jovens das camadas populares neste espaço objetivam também a equidade social e a promoção da igualdade, e, conseqüentemente, a justiça social (PEREIRA, 2016; MEDEIROS, 2018).

A partir da democratização do ensino superior como forma de proporcionar oportunidades para que sujeitos de classe popular acessem um grau de educação mais elevado, as políticas públicas se colocam como mecanismos importantes para viabilizar o acesso dessa população ao ensino superior. De acordo com os dados estatísticos divulgados pelo INEP em 2017 número de IES apresentou um aumento significativo. Segundo o estudo há 296 IES públicas e 2.152 IES privadas, dessa forma as instituições particulares representam 87,9% do total de IES. O aumento no interesse dos jovens de classes populares, e, conseqüentemente o aumento pela demanda de estudo podem ser algumas razões do aumento na quantidade de IES particulares, contudo, algo que também deve ser considerado é a criação de políticas públicas que viabilizam esse acesso.

Dentre as criações de políticas públicas destacam-se dois programas no âmbito educacional. O primeiro é o Prouni, que de acordo com o Ministério da Educação é um programa de ação afirmativa voltado para os estudantes egressos da rede de educação pública e bolsistas da rede privada com o intuito de promover oportunidades para que mais jovens acessem o ensino superior. O programa disponibiliza vagas para alunos negros, denominadas como cotas raciais. Embora a concessão de bolsa tenha democratizado o acesso na educação superior, vale ressaltar que o processo de aquisição de bolsa pelo programa citado é a partir da nota alcançada no Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM). A exigência de uma pontuação mínima pode ser um complicador no acesso, pois muitos alunos da rede pública poderão ter dificuldades de alcançar essa pontuação exigida devido à falta de qualidade do ensino básico

da rede pública, pois quando se trata de uma sociedade com altos índices de desigualdade em especial para as camadas populares, seja pela má distribuição de renda, pela discriminação de raça, pela falta de instrução, entre outros fatores é provável que a educação seja um dos principais sistemas defasados por essa desigualdade social.

O segundo programa é o Financiamento Estudantil (FIES). O programa serve de apoio financeiro para que estudantes possam acessar o ensino superior nas instituições privadas. Além do Prouni, o Financiamento Estudantil também utiliza da nota do Enem para selecionar seus candidatos. A nota para o acesso ao programa deve ser uma média mínima de 450 pontos em um total de 1000, além de não ter zerado a redação. De acordo com as informações coletadas no Portal Fies, como se trata de um apoio financeiro, o FIES acarreta ao estudante em uma dívida com as agências financiadoras que cobram uma taxa percentual de 3,4% anual.

Os programas citados podem ser considerados ferramentas que assegurariam o direito de jovens populares no acesso aos espaços nas IES particulares do Brasil. Entretanto, é preciso caminhar mais, uma vez que a aplicação de políticas públicas por si só não compreende todos os sentidos de democratização. O Brasil carrega na sua existência grandes marcas históricas que feriram e ferem grande parte da sua sociedade, compreendida como as minorias, por terem seus direitos negados, sendo colocados à margem da sociedade e distantes dos mais diversos privilégios. Para Cunha (2017, pág. 8) “é preciso democratizar o conhecimento, suas formas de produção e a relação entre a universidade e a sociedade”.

2.3 PSICOLOGIA SOCIAL NO ENFRENTAMENTO DAS DESIGUALDADES

Os espaços que mais apresentam as desigualdades podem ser identificados a partir das vulnerabilidades sociais em que os sujeitos se encontram, como nas favelas, nas escolas públicas de bairros periféricos, entre outros. Considerando as diversas desigualdades nesses contextos, a atuação do psicólogo no campo social poderá contribuir para a discussão sobre os conflitos, preconceitos e processos de exclusão tão presentes na sociedade. Além disso, de acordo com Gonçalves (2010), o psicólogo atuante no campo social deve atentar-se a promoção da autonomia e dos direitos constitucionais, e, para essa atuação a autora afirma que é imprescindível que os profissionais da Psicologia atuem de forma multidisciplinar com os outros profissionais que se encontram no setor das políticas públicas, objetivando a construção de meios práticos que proporcionem a garantia dos direitos constitucionais da população em situação de vulnerabilidade social.

Considerando que o psicólogo social deve ter um olhar diferenciado e sensibilizado para identificar barreiras sociais que reforçam as desigualdades impedindo as concretizações dos direitos constitucionais na garantia de uma efetivação da cidadania, a autora Gonçalves (2010) ressalta a importância desse profissional estar em consonância com o campo das políticas públicas, com o objetivo de construir práticas que visam a efetivação desses direitos. Assim, a autora afirma que é a partir dos diálogos com o campo das políticas públicas que a psicologia social pode ser compreendida como uma área que poderá contribuir na promoção da garantia dos direitos, em especial para a população que se encontra em situação de vulnerabilidade social. Para Carvalho e Junior (2017) o profissional que atua nesse campo deve se atentar e voltar-se para as contribuições no combate à desigualdade, assumindo um compromisso social com a população.

No que se refere ao acesso no ensino superior, pode-se dizer que essa oportunidade ainda é um futuro muito distante para grande parte das minorias, levando em consideração as desigualdades já apresentadas. Contudo, a atuação de psicólogos que estejam comprometidos com as demandas sociais poderá contribuir na promoção dos direitos e da autonomia dos jovens, em especial, de origem popular. Para Cunha (2018) é preciso promover o acesso à educação para a efetivação da cidadania, e também, para a contribuição na qualificação para o mercado de trabalho.

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa é baseada no método indutivo, que de acordo com Diniz e Silva (2018) permite ao pesquisador a possibilidade de alcançar uma lei geral, devido à possibilidade de observação de determinados casos particulares daquilo que está sendo analisado. Dentre os objetos utilizados na pesquisa, relacionam-se a pesquisa bibliográfica e o estudo de caso. De acordo com Andrade *et al.* (2017) o estudo de caso se apresenta como um método aplicável em diferentes situações, a fim de favorecer a compreensão de determinados fenômenos grupais ou individuais. Para Yin (2015) o estudo de caso pode ser definido como uma pesquisa empírica que analisa fenômenos atuais dentro de um cenário real, objetivando a exploração, explicação e descrição de um determinado evento ou em proporcionar uma compreensão arraigada do fenômeno investigado.

Para abarcar e discorrer acerca da temática proposta foi efetuado uma busca na literatura brasileira de dados devidamente publicados e compreendidos entre o ano de 2014 e

2019. As bases de dados utilizados para a busca foram BVS-Psicologia, *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO), Google Acadêmico, Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PepSic), sites governamentais, além de buscas no acervo da Biblioteca Escritora Maria Auxiliadora Matos de Melo – Faculdade Ciências da Vida (FCV) de Sete Lagoas. Para realização da busca e delimitações do tema foram utilizadas as palavras-chave: Democratização do ensino superior, Classe popular e Políticas públicas.

A revisão bibliográfica proporciona ao pesquisador um melhor conhecimento acerca do tema pesquisado, permitindo analisar ou confrontar as diferentes ideias dos autores. Foi utilizada a abordagem qualitativa, que trabalha com significados, atitudes e esclarecimento de fatores, não tendo como objetivo primordial quantificar resultados. Sendo assim, é necessário correlacionar os resultados da pesquisa qualitativa com conteúdo científico e teórico. (BARDIN, 1977; CAVALCANTE, 2014; CALIXTO, 2014; PINHEIRO, 2014).

O universo de pesquisa foi constituído por seis graduandos (as) devidamente matriculados no primeiro, quinto e décimo período do curso de bacharel em Psicologia, de uma faculdade particular do interior de MG. Os sujeitos da pesquisa participaram de forma voluntária. A pesquisa foi executada após a instrução acerca da finalidade do estudo e esclarecimento de todos os métodos e procedimentos que seriam realizados. Após aceita a sua participação, assinou-se o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), concordando em participar de livre e espontânea vontade do estudo. Como critério de distinção dos participantes da entrevista foi necessário a aplicação de questionários socioeconômicos individuais, com o objetivo de selecionar os participantes da pesquisa considerados de origem popular. Além disso, foram selecionados apenas estudantes que tenham acessado o ensino superior privado por meio de políticas públicas, programas educacionais, políticas afirmativas e/ou bolsas de estudo concedida pela faculdade.

Os dados essenciais para constituir essa pesquisa foram coletados através do estudo de caso e observação, onde a finalidade foi levantar informações acerca dos desafios vivenciados por graduandos de origem popular no espaço acadêmico do ensino superior. Foram utilizadas entrevistas narrativas, com apresentação de doze tópicos acerca do tema para iniciar as narrações. O modelo de entrevistas narrativas foi utilizado com o objetivo de compreender as histórias relacionadas à trajetória da vida acadêmica vivenciadas de forma singular por cada participante da pesquisa.

Para Muylaert *et al.* (2014), as entrevistas narrativas objetivam considerar para a devida exploração aquilo que é relatado, como também o que não é verbalizado pelo sujeito da pesquisa, ou seja, os comportamentos não verbais como a entonação vocal, os gestos, as

formas de expressar com o corpo, entre outros, o que proporciona a captação das tensões do sujeito entrevistado, proporcionando a divulgação das experiências particulares. As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas para um documento do Office (Word). Para manter a fidedignidade das narrativas, a transcrição foi realizada sem cortes ou alterações para sua devida análise. As entrevistas ocorreram em um tempo aproximado de 60 minutos cada.

A análise dos dados foi realizada através da Análise de Conteúdo de Bardin (1977). Para a autora esse método pode ser descrito como uma associação de mecanismos ordenados que possibilitem o levantamento de indícios, sendo eles quantitativos ou não. Para a devida utilização do método, Bardin (1977) propõe a execução de três fases imprescindíveis para a análise de conteúdo, sendo elas a pré-análise, a exploração do material, e, por fim o tratamento e a interpretação dos resultados obtidos. Na primeira etapa o material foi coletado e organizado, através de uma leitura profunda e compreensiva. Na segunda etapa o material foi examinado, com o objetivo de distribuir frases ou trechos de acordo com os critérios definidos no processo. Na terceira e última etapa objetivou compreender o conteúdo concomitante com o que está sendo manifestado. Após a execução desses procedimentos, serão apresentados os resultados e discussões dos dados obtidos de forma categorizada.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Essa etapa do trabalho objetiva realizar as discussões e apresentações dos dados coletados através das entrevistas narrativas, assim como os resultados alcançados. Para manter a privacidade dos participantes da pesquisa, os sujeitos serão apresentados por nomes dos bairros de periferia da cidade em que se realizou a pesquisa. Os números que acompanham os nomes fictícios se referem ao período do curso que os estudantes se encontram, cujo perfil socioeconômico está descrito na Figura 1.

Figura 1 – Sujeitos participantes da pesquisa

Alunos participantes	Idade	Perfil socioeconômico
Orozimbo, 1P	22	Estuda e trabalha, possui uma renda de R\$ 998,00. Sua mãe possui o ensino fundamental incompleto. Acessou a IES por meio do programa de governo Educa mais Brasil, com um desconto de 50% nas mensalidades.
Cidade de Deus, 1P	18	Estuda e trabalha, possui uma renda de R\$ 800,00. Sua mãe possui o ensino técnico. Acessou a IES por meio de bolsa de desconto de 40% nas mensalidades concedida pela faculdade.
Canadá, 5P	41	Estudante e aposentado possui uma renda de R\$ 1.250,00, seus pais possuem o ensino fundamental incompleto. Acessou a IES por meio do

		FIES com 95% de financiamento estudantil.
Del Rey, 5P	23	Estudante e estagiária possui uma renda de R\$ 850,00. Sua mãe é graduada e seu pai possui o ensino médio. Acessou a IES por meio do Prouni com 50% de bolsa.
Itapuã, 10P	24	Estudante e desempregado, seus pais possuem o ensino fundamental incompleto. Acessou a IES por meio do FIES com 100% de financiamento estudantil.
Planalto, 10P	27	Estuda e trabalha, possui uma renda de R\$ 1.200,00. Seus pais possuem apenas o ensino primário. Acessou a IES por meio de bolsa de 50% do Prouni e financiou mais 50% no Fies.

Fonte: Criada pela autora.

Após a devida análise das entrevistas narrativas, surgiram as seguintes categorias: (a) Resistências: diante de um futuro incerto; (b) Os estrategistas: renúncias e movimentos na busca da sobrevivência no âmbito acadêmico e, por fim, (c) Políticas públicas, uma ponte de acesso. Iniciaremos aqui a apresentação e discussão dos resultados obtidos.

4.1 RESISTÊNCIAS: DIANTE DE UM FUTURO INCERTO

As narrativas apresentadas a seguir, anunciam a existência de sentimentos de inferioridade advindo das desigualdades socioeconômicas dos estudantes. Oliveira e Carvalho (2017) afirmam que as desigualdades no âmbito acadêmico produzem processos que geram exclusões, que por sua vez dificultam a permanência de jovens de origem popular em espaços elitizados. Para os autores esse processo de exclusão pode ser compreendido para além do desligamento da instituição, pois mesmo inseridos em um espaço acadêmico, a exclusão pode acontecer a partir de um sentimento de inadequação no ambiente acadêmico, conforme observados nas narrativas a seguir:

“[...] até o momento eu tenho vivido algumas dificuldades como, por exemplo, a questão de comprar lanches todos os dias, eu não posso, eu não tenho condições pra isso, então assim, às vezes você se sente diferente” (Cidade de Deus, 1P).

“[...] quando eu cheguei aqui eu me senti meio sem lugar, eu acho que até hoje, tanto que eu nem consegui me enturmar muito na turma por que a gente fica meio com um preconceito de que a gente tá no lugar errado [...], eu me vejo como um ET (risos) aí eu vejo que todo mundo tem capacidade de chegar, mas às vezes fica difícil compreender o que está sendo dito na sala de aula, acho que é por causa da falta de costume com pessoas que falam bem ou que estudaram em escolas melhores” (Orozimbo, 1P).

Apesar das desigualdades socioeconômicas foi possível identificar em suas narrativas que esses sujeitos não se limitam apenas nas suas dificuldades, mas se reconhecem enquanto sujeitos capazes de permanecer nesse ambiente como pode ser observado nas seguintes falas:

“[...] ainda não me encontrei muito bem não, parece que eu tô fora da realidade, mas sei que tem que ser acessível pra todo mundo, se eu tô aqui é porque eu consigo, eu

tenho capacidade de tá aqui. Então eu acho que eu tenho que tirar isso da minha cabeça também, porque se não, nem vai para frente. (Cidade de Deus, 1P).

“[...] eu tô numa sensação de impotência, porque igual eu tava te falando que a carga horária no meu trabalho aumentou, então agora tá muito mais difícil, e eu ajudo em casa agora já nem sei se vou conseguir permanência não, mas enquanto eu tiver capacidade de conseguir eu tô tentando” (Orozimbo, 1P).

Diante das narrativas dos estudantes, foi possível também, compreender que as histórias de dificuldades que antecedem a entrada no ensino superior geram pensamentos que podem influenciar no processo de adaptação desses sujeitos no espaço acadêmico, conforme expressado por Cidade de Deus. E, é nesse contexto, que se torna necessário considerar a importância na criação de políticas públicas que considerem as demandas para além do acesso, mas também na permanência dos sujeitos de origem popular no ensino superior privado.

4.2 OS ESTRATEGISTAS: RENÚNCIAS E MOVIMENTOS NA BUSCA DA SOBREVIVÊNCIA NO ÂMBITO ACADÊMICO

Diante das entrevistas, foi possível identificar que, apesar das mazelas advindas das dificuldades socioeconômicas os sujeitos da pesquisa realizam movimentos necessários para lidar com os desafios, que se apresentam no âmbito acadêmico. Carvalho e Jazine (2016) afirmam em suas pesquisas que a opção em permanecer nos estudos é uma escolha de ordem pessoal, que demanda esforços para superar os entraves que surgem na trajetória acadêmica, todavia não devemos limitar a esse pensamento somente na esfera do discurso meritocrático. A existência desses movimentos que se tornam formas de sobre(viver) no espaço acadêmico podem ser identificados nos seguintes trechos das narrativas:

“[...] Às vezes não faço horário de almoço, trago lanche de casa ou fico com fome pra não gastar com lanche. Quando o professor pede pra imprimir algo eu espero alguém imprimir pra depois eu tirar a xerox, porque é mais barato, mas as vezes fico sem o material porque não tenho dinheiro fora da época de pagamento. Eu uso muito meu celular pra fazer as leituras do texto e uso o caderno pra escrever os pontos importantes” (Itapua, 10P).

“[...] eu fui pedir meu patrão pra aumentar minha carga horária no serviço, aí dá pra mim ganhar um pouquinho a mais né? com essa carga horária aumentada recebendo um pouquinho mais, que eu conseguir custear a outra parte dos estudos. Por enquanto” (Orozimbo, 1P).

A permanência dos graduandos de origem popular no espaço acadêmico requer renúncias que exigem resistência e criação de estratégias para que esses sujeitos se mantenham no ensino superior. A união dos acadêmicos demonstra uma valiosa estratégia para além do acolhimento inicial, possibilitando, também, um possível suporte durante o

percurso desses alunos na jornada acadêmica. Esses movimentos contribuem para a permanência desses graduandos no ensino superior, como também, na superação de possíveis dificuldades acadêmicas, referentes à fruição dos estudos e de um apoio emocional. A adoção de estratégias relacionadas à união entre os colegas podem ser analisadas nas seguintes falas:

“[...] as meninas formaram um grupo de estudo e a gente estuda sempre umas duas semanas antes das provas e isso ai me ajuda muito, que além dos professores ensinar a gente estuda no grupinho que facilita muito, eu acho que se não fosse isso eu já teria feito algumas av3” (Canadá, 5P).

“[...] apesar de ser difícil, eu acredito que de alguma forma a minha turma se protege, a gente se entende, temos um grupo no zap, que todo mundo pergunta e alguém sempre responde, a gente se ajuda sempre que dá, e olha que eu pensei que seria mais difícil enturmar” (Itapuã, 10P).

Diante das narrativas, os entrevistados (as) Canadá e Itapuã demonstram que de fato, esses movimentos na busca de ajuda e apoio mútuo para suprir as demandas acadêmicas do curso são valiosas estratégias que possibilitam um ponto de apoio e de recurso para que ambos se fortaleçam. Soares (2017) ressalta que além dos fatores econômicos, conforme apresentados na categoria anterior, as dificuldades pedagógicas dos graduandos oriundos da rede pública também se apresentam enquanto fatores consideráveis no processo de permanência dos estudantes no espaço acadêmico. As dificuldades advindas da defasagem do ensino público podem ser compreendidas nas seguintes narrativas de Orozimbo e Planalto:

“[...] há pouco tempo eu percebi que agente tava muito mais atrás, quando eu conversei com alguém que estudou em escola particular, eu vejo que tinha matéria que agente não estudava e nem aprendia lá, então eu acho que faltou um ensino melhor pra me ajudar hoje (Orozimbo, 1P).

“[...] O ensino fundamental já não tinha nessa localidade que eu morava, pois era em outra cidade, então era mais difícil, só havia um ônibus que levava alunos de várias comunidades, então a minha aula começava sete horas da manhã, o ônibus pegava agente quatro e meia da manhã pra poder passar nos outros lugares e levar outros meninos. O ensino dessa escola não era bom, mas por causa de acesso eu tive que ir estudar porque era a única que tinha na cidade que eu estava morando, fiquei lá até me formar, até o terceiro ano, o ensino médio também foi nessa escola (Planalto, 10P).

É possível afirmar que a adoção de estratégias não se limita em suprir as demandas econômicas, mas também em superar as dificuldades de um ensino defasado na rede pública do ensino básico. Nessa perspectiva, torna-se importante e necessário o desenvolvimento de práticas no processo de ensino e aprendizagem que objetivem suprir as demandas básicas desses alunos, por considerar os desafios existentes na educação pública brasileira. Cabe aqui, também ressaltar a importância da atuação dos psicólogos em contextos educacionais que

promovam ações que envolva planejamentos e elaborações de projetos que se atentem essa demanda.

4.3 POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA PONTE DE ACESSO

Considerando que quatro dos seis entrevistados acessaram o ensino superior privado por meio de políticas públicas, foi solicitado aos entrevistados que discorressem sobre as percepções relacionadas a existência desses programas no ensino superior privado. As entrevistas demonstram que para esses graduandos de origem popular o acesso no espaço acadêmico só é efetivado por meio das políticas públicas. É possível identificar essas percepções nas narrativas a seguir:

“Eu acho fundamental, eu acho que se não existisse isso pobre não fazia faculdade. Isso é um meio de incluir apesar de que eu acho que não devia ter exclusão né? eu acho que devia ser para todos, mas enfim, é o único meio, no meu caso mesmo se não fosse isso eu não faria, não teria condições nunca de fazer” (Canadá, 5P).

“Essas políticas são essenciais para que pessoas como eu, tenham a oportunidade de se graduar, pois sem ela não haveria a menor possibilidade da minha família pagar as mensalidades e outros gastos que tenho aqui” (Itapua, 10P).

“[...] são importantes né? igualeu tava falando, têm pessoas que se não tiverem esse incentivo, não vão conseguir se formar e se graduar, e se ela não tiver um incentivo desse tipo, não vai conseguir fazer uma graduação na rede particular né, no ensino superior, é bem complicado. Mas eu vejo a importância pra que as pessoas consigam se formar e conseguir construir uma carreira e tudo mais” (Del Rey, 5P).

Ainda acerca da percepção das políticas públicas no ensino superior, Cidade de Deus afirma que apesar da bolsa de estudo concedida pela instituição, ela dependerá da bolsa oferecida pelo programa do Prouni para seguir sua trajetória acadêmica, como pode ser observado no seguinte trecho:

“[...] eu iria tentar o Prouni, mas houve um problema. Atualmente eu conseguir os quarenta por cento e ainda está dando pra me manter. Mas eu preciso me inscrever para o Enem desse ano. Vou tentar o Prouni e em janeiro eu vou ter a nota do Enem que eu farei esse ano, assim eu espero conseguir uma bolsa pra poder continuar” (Cidade de Deus, 1P).

É possível através das narrativas compreender que as efetivações de políticas públicas no âmbito do ensino superior são essenciais para viabilizar o acesso ao espaço acadêmico para estes alunos. Para quatro dos seis participantes da pesquisa os programas criados pelo governo se apresentam como a única forma de acessar o curso de nível superior. De acordo com Zago, Pereira e Paixão (2015), no Brasil o acesso no curso superior ainda é um privilégio para poucos, onde o alto grau de seletividade ainda é um dos principais fatores que dificultam essa

entrada no âmbito acadêmico. Diante das narrativas é possível dizer que para acessar o ensino superior é preciso que haja programas governamentais que reconheçam os direitos historicamente negados as minorias da sociedade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através dos resultados obtidos na pesquisa, foi possível perceber que a trajetória acadêmica dos jovens de origem popular no ensino superior é permeada por questões que ultrapassam as desigualdades econômicas, produzindo desafios que abrangem causas sociais, culturais, psicológicas e pedagógicas. Dessa forma os desafios a serem vencidos estão para além do acesso, pois apesar das contribuições das políticas públicas é preciso atentar-se também para a permanência no âmbito acadêmico. As narrativas dos graduandos demonstram a existência de sentimentos de inferioridade diante dos grupos historicamente privilegiados.

A pesquisa demonstra também a resistência dos graduandos de origem popular na superação dos obstáculos existentes nas trajetórias acadêmicas onde os participantes adotam estratégias diversas para permanecerem nos estudos, Assim é importante ressaltar a capacidade e a força que esses alunos brilhantemente apresentam se tornando protagonistas de suas próprias histórias e construindo meios de driblarem as mazelas de uma sociedade desigual. Apesar das estratégias contribuírem no processo de permanência é preciso ressaltar que esses alunos apresentam esforços maiores que as classes privilegiadas, que vão desde a privação de alimentos até a sobrecarga no trabalho para se manterem no ensino, o que por sua vez podem ser prejudiciais na promoção de uma permanência saudável.

Considerados os resultados é possível dizer que os desafios e demandas apresentadas pelos estudantes podem ser trabalhados a partir da atuação do profissional da Psicologia, sobretudo quando este atua no campo social e político, pois a atuação desse profissional em diálogo com o campo das políticas públicas deve voltar-se as camadas populares da sociedade promovendo ações que visem à promoção da equidade social. Além disso, o psicólogo pode através de suas ações promover intervenções e estratégias na área da educação que atendam as demandas psicossociais que surgem nos espaços acadêmicos objetivando, também, a promoção de um ambiente saudável e equitativo.

O presente estudo apresenta na sua execução algumas limitações que pressupõem importância em realizar novos estudos. Foram utilizadas apenas fontes na língua portuguesa, publicados nos últimos cinco anos. Por se tratar de uma pesquisa qualitativa, realizada através de um estudo de caso, os resultados não podem ser generalizados para outros

contextos fora daquele que se realizou a pesquisa, limitando na compreensão das trajetórias acadêmicas de jovens de origem popular matriculados em uma única instituição de ensino, em um único curso, sobretudo do ensino privado. Entretanto, o estudo realizado contribui na compreensão da temática da democratização do ensino superior, uma vez que o número de instituições e vagas nas IES tem crescido após a criação de políticas públicas que viabilizam esse acesso, promovendo uma visibilidade da classe popular que tem buscado por meio de lutas e renúncias uma educação superior de qualidade acessível a todos.

Dessa forma é socialmente importante que pesquisas voltadas para essa questão sejam desenvolvidas a fim de proporcionar uma visibilidade para esses sujeitos que ao longo da história tem conquistado um espaço onde historicamente há uma maior circulação de sujeitos de classe sociais de maior poder aquisitivo, especialmente em cursos ainda elitizados. Além disso, através dos estudos é possível compreender a importância das políticas públicas educacionais no enfrentamento das desigualdades, tendo em vista a garantia de direitos constitucionais e a promoção de uma sociedade que prioriza equidade social na busca pela igualdade de direitos, rompendo com as barreiras que persistem em reproduzir e manter o alto índice de desigualdade socioeconômica.

Sugere-se que para futuros trabalhos relacionados ao tema que seja averiguada a democratização do ensino superior na rede pública. Sugere-se também a participação do corpo docente na pesquisa para compreender a participação da instituição no processo de democratização. Sugere-se, por fim, que façam parte do universo de pesquisa, estudantes negros, considerando as desigualdades raciais que permeiam a sociedade.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Selma Regina de et. al. (2017), **O estudo de caso como método em pesquisa em enfermagem: uma revisão integrativa**. vol.26, n. 4, 1. Disponível em <<http://www.scielo.br/scielo>> Acesso em 23 de maio de 2019.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 1988.

BARBOSA, O. Maria (2015). **Destinos, Escolhas e a Democratização do Ensino Superior**. Disponível em <<http://periodicos.ufsc.br/index>> Acesso em: 20 de setembro de 2018

BARDIN, Lawrence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: edições, v. 70, p. 225, 1977. Acesso em: 10 de abril de 2019.

CARVALHO, C. A. Tércio. JUNIOR, S. V. Inácio (2017). **Psicologia social: conceitos, história e atualidade**. Disponível em: <<http://www.psicologia.pt/artigos/textos/TL0421.pdf>>. Acesso em 28 de setembro de 2018.

CARVALHO, Edineide. JESINE, Rayana. (2016). **Permanência na educação superior: “um peso, duas medidas”**. v.9, n.1, p. 108-120. Disponível em:<[HTTP://periodicos.ufpb.br](http://periodicos.ufpb.br)> Acesso em: 20 de maio 2019.

CASTRO, D. Ricardo. **Nós queremos reitores negros, saca?:Trajetórias de universitários negros de classe média na UFMG**. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

CASTRO, G. Bianca. RANGEL, M. Etuany. CASTRO, G. S. Maria José. BORGES, C. Luis Felipe (2017) **A política de cotas como mecanismo de defesa e a democratização do ensino superior: uma análise dos efeitos das desigualdades educacional no exercício da cidadania e na justiça social brasileira**. Disponível em: <http://www.revista.srvoot.com>> Acesso em: 05 de maio de2019

CAVALCANTE, Ricardo Bezerra; CALIXTO, Pedro; PINHEIRO, Marta Macedo Kerr. **Análise de conteúdo: considerações gerais, relações com a pergunta de pesquisa, possibilidades e limitações do método. Informação & Sociedade: Estudos**, v. 24, n. 1, 2014. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/10000>>. Acesso em: 05 de maio de2019

CUNHA, L. Maria (2017). **Qualidade da educação superior e a tensão entre democratização e internacionalização na universidade brasileira**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/aval/v22n3/1982-5765-aval-22-03-00817.pdf>>. Acesso em 28 de setembro de 2018.

CUNHA, G. S. Carla (2018) **Avaliação de políticas públicas e programas governamentais: tendências recentes e experiências no Brasil**. Disponível em:< <https://www.ufpa.br> >Acesso em: 20 de maio 2019.

DRUMMOND, Carlos (2017). **Entenda o que está em jogo com a aprovação da PEC 55. São Paulo, 2017**. Disponível em:< <https://www.cartacapital.com.br/economia/entenda-o-que-esta-em-jogo-com-a-aprovacao-da-pec-55>> Acesso em: 19 de setembro 2018

FERREIRA A. P. César (2017) **A proposta de emenda constitucional nº55/2016 e os possíveis impactos para a população brasileira** Disponível em: <<http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/percurso/article/view/2435/1458>>. Acesso em 01 de outubro de 2018.

FIES. **O que é o FIES**. Disponível em: <<http://sisfiesportal.mec.gov.br/?pagina=fies>>. Acesso em: 25 de setembro de 2018.

FREITAS, O. Leana. (2015). **Ensaio inicial sobre pobreza e desigualdade social: indicações políticas para a política de assistência social**. Disponível em:

<<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/3761>>. Acesso em: 22 de setembro de 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas 2010

GUIMARÃES, Camila. **O ensino público no Brasil: ruim, desigual e estagnado**: Esse é o retrato do ensino das escolas públicas brasileiras, de acordo com o resultado da Prova Brasil, que avalia alunos da educação básica. São Paulo, Revista Época, 2015. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/ideias/noticia/2015/01/bo-ensino-publico-no-brasilb-ruim-desigual-e-estagnado.html>> Acesso em 20 de setembro de 2018.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: www.ibge.gov.br acesso em 10 de janeiro de 2019.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Senso da Educação Superior**. Disponível em <http://portal.inep.gov.br/web/censo-da-educacao-superior>>. Acesso em setembro de 2018.

LANE, Silvia T. Maurer. **O que é Psicologia Social**. 1 ed. São Paulo: Brasiliense, 1981, 88 p.

MARAFON, N. M. (2015). **A política de assistência estudantil na educação superior pública: uma avaliação do Programa Bolsa Permanência da UFSC (2008- 2013)**. Disponível em <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/135271>>. Acesso em 23 de setembro de 2018.

MEDEIROS, Jussara M. (2017). **Políticas Públicas e Assistência Social**. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.unibrasil.com.br/index>> Acesso em 23 de maio de 2019.

MUYLAYERT, J. Camila. JR, S. Vicente, GALLO, R. Paulo. NETO, L. Modesto. REIS, O. A. Alberto (2014). **Entrevista narrativas: um importante recurso em pesquisa qualitativa**. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf>> acessado em 10 de abril de 2019

OLIVEIRA, Adriel S. CARVALHO, Acelino. R. (2017) **A Desigualdade Racial do Brasil: o racismo estrutural e o determinismo social**. Disponível em: <<http://periodicosonline.uems.br/index>> Acessado em: 20 de abril de 2019

PEREIRA, O. A. V. (2016). **Desigualdade de oportunidades educacionais no Brasil: o caso do ensino superior**. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/114>>. Acesso em 19 de setembro de 2018

PEREIRA, T. I. MAY, Fernanda. GUTIERREZ, Daniel. **O acesso das classes populares ao Ensino Superior: novas políticas, antigos desafios**. Revista Pedagógica, Chapecó, v.16, n.32, p. 117-140, jan./jul. 2014. Disponível em:

<<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/view/2726>>. Acesso em 28 de setembro de 2018.

PROUNI. **Dados e Estatísticas de 2017**. Disponível em:

<http://prouniportal.mec.gov.br/images/pdf/Quadros_informativos/numero_bolsas_ofertadas_por_uf_segundo_semestre_2017.pdf>. Acesso em 28 de setembro de 2018.

REGADER, Bertrand. **O que é psicologia Social?** Psicologia e Mente. Disponível em:<<http://psicologiaemente.net>>. Acesso em 28 de setembro de 2018.

SALAMA, Pierre e Destreman Biandine. **O Tamanho da Pobreza**. Economia Política da distribuição de renda. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

SOARES, C. C. Ana (2017). **Educação, raça e desigualdades de recompensas** Disponível<www.cappuccinopress.com.br Acesso em 26 de setembro de 2018>.

TEIXEIRA S. C. Claudia (2014) **As desigualdades sociais e a meritocracia na educação: A difícil transição do Ensino Médio à Universidade** Disponível em:
<<https://rd.uffs.edu.br/bitstream/prefix/2014/1/TEIXEIRA.pdf>>. Acesso em 26 de setembro de 2018.

ZAGO, Nadir. PEREIRA, P. Lea, PAIXÃO, I. Thiago (2015) **Acesso e permanência no ensino superior: problematizando a evasão em uma nova universidade federal**. Disponível em :<https://revista.uemg.br/> Acesso em: 19 de maio 2019.

ZITKOSKI, J. José. GENRO, E. H. Maria. CAREGNATO, E. Célia(2017). **Democratização da educação superior: apontamentos para a valorização de experiências alternativas no contexto latino-americano**. Disponível em:<
<http://revistas.fw.uri.br/index.php/revistadech/article/viewFile/1519/1932>> Acesso em: 19 de setembro 2018.

Yin RK. Estudo de caso: **planejamento e métodos**. 5ª ed. Porto Alegre (RS): Bookman; 2015